

MINISTÉRIO DA FAZENDA TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES PRIMEIRA CÂMARA.

Sessão de 14/maio de 19 91

ACORDÃO Nº 301-26,494

Recurso n.º

113.043

Processo nº 10831-000913 /90-27

Recorrente

TÊXTIL COLLA LTDA.

Recorrid a

IRF - VIRACOPOS - SP.

CLASSIFICAÇÃO - Acordos e protocolos negociados no âmbito da ALADI. Prevalência da Tarifa Convencional sobre a <u>le gislação tributária interna. ART 98 do CTN, Fios de aceta to de celulose cuja distinção em retorcidos ou não torcidos não consta da Tarifa Convencional - Recurso provido.</u>

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos,

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Cons \underline{e} lho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento ao r \underline{e} curso, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, 14 de maio de 1991.

ITAMAR VIFIRA DA GOSTA - Presidente

FAUSTO FREITAS DE CASTRO NETO - Relator.

CONRADO ALVARES - Proc. da Fazenda Nacional.

VISTO EM

1 n JUN 1991

SESSÃO DE:

Participaram, ainda do presente julgamento os seguintes Con

selheiros:

IVAR GAROTTI, JOÃO BAPTISTA MOREIRA, LUIZ ANTONIO JACQUES, WLADEMIR CLO VIS MOREIRA e FLÚVIO CÁSSIO DE MELLO E SOUZA (Suplente). Ausentes os Conselheiros: FLÁVIO ANTONIO QUEIROGA MENDLOVITZ e JOSÉ THEODORO MASCA-RENHAS MENCK.

Rec. 113.043 Ac.301-26.494

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

os juros de mora. Ação fiscal PROCEDENTE.

Inconformada, no prazo legal, a Recorrente interpõe o seu recurso, no qual repisa os argumentos expendidos em sua impugnação.

É o relatório.

Phys

das.

SERVICO PÚBLICO FEDERAL

<u>V 0 T 0</u>

Como vimos do relatório, foi desembaraçada a mercadoria des crita na D.I. e na G.I. como "fios de filamentos artificiais não acondicionados para venda a retalho de acetato de celulose cru, retorcido, não texturizado, acondicionado em tubetes ou conicais de plástico ou pape lão descartáveis, não retornáveis de título: 100 denier/26 filamentos / 80TPM".

Solicitado exame do material pela autoridade aduaneira o LABANA produziu, primeiramente o laudo de fls. 17 identificando o produto ocmo <u>não torcido</u> para após em sua informação técnica de fls. 37/39, corrigir-se, concluindo que o produto encontra-se <u>torcido</u> e não <u>não torcido</u>, sendo que foi com base no laudo de fls. 17 é que foi lavrado o au to de infração afinal mantido pela decisão recorrida.

Sucede que a época do registro da D.I., 28.09.89 estava em vigência o Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial (Acordo ñº 12), aprovado pelo Decreto 96.601, de 29.08.88 (D.O.U. de 30.08.88),sob a égide do qual foi solicitado o desembaraço aduaneiro a alíquota zero.

Dito Acordo, no seu Anexo em que relacionou as mercadorias' e as preferências outorgadas por seus signatários, na parte que toca ao presente processo dispõe ûnicamente o seguinte:

| NALADI | DESCRIÇÃO | REGIME DO ACORDO Tarifa Nacional | OBSERVAÇÃO |
|------------|---|-------------------------------------|--|
| 51.01 | Fios de fibras tex- teis sintéticas e artificiais contín <u>u</u> as não acondiciona- das para venda a v <u>a</u> rejo | i : : ! | : |
| 15110112 | De fibras artifici- ais. | i - - | |
| 51.01.2.02 | De acetato de celu- lose | 100% | Filamento contínuo de rayon de ace tato Quota anual: 2.060 tonela |

SERVICO PÚBLICO FEDERAL

Verificou-se, assim, que no presente caso, o produto objeto da preferência foi fios de acetato de celulose, código NALADI 51.01.2.02, sem qualquer distinção de serem eles <u>torcidos</u> ou <u>não torcidos</u>, e nem mesmo explicitando-se qualquer código da TAB.

Ora, se desta maneira foi negociada a preferência e, CTN, ar tigo 98, os "tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna e serão observadas pela que lhes sobrevenha", é conseqüência inelutável que não se pode aplicar a legis lação tributária interna que, no caso, da mercadoria em questão, dá tratamento diverso, consoante sejam os fios em questão torcidos ou não.

Esta Câmara já teve oportunidade de apreciar matéria idênt<u>i</u>
ca nos Recursos e dando-lhes provimento pelos fund<u>a</u>
mentos aqui invocados, razão a mais, pela qual também dou provimento ao
presente recurso.

Sala das Sessõe, em 14 de maio de 1991.

FAUSTO FREITAS DE CASTRO NETO - Relator.